



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO
Tributação Internacional da Economia Digitalizada: Direito
Comparado e Internacional
2023.1

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Profissional

Professor Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira
Professor Dr. Leonardo Aguirra de Andrade

EMENTA

A digitalização da economia impôs novos desafios às políticas fiscais dos Estados. A globalização, a crescente interação de mercados, a fragmentação das multinacionais e o desenvolvimento tecnológico vêm dificultando não apenas a aplicação de regras tributárias projetadas para atividades econômicas tradicionais aos novos modelos de negócio, mas também a imposição coercitiva dessas regras tributárias a empresas que não têm presença física e outros ativos no País. Essas ameaças aos sistemas tributários nacionais derivam, em larga medida, da ausência de presença física no país, da forte dependência de ativos intangíveis, da natureza complexa das transações realizadas na economia digital e da dificuldade de qualificar ativos, atividades e tipos de rendimento. Esses desafios criados pela digitalização da economia serão estudados nesta disciplina.

METODOLOGIA

Aulas expositivas

As aulas expositivas serão ministradas pelos professores da disciplina e por eventuais professores convidados e terão por função de colocar as questões mais relevantes do direito interno e do direito internacional em relação ao eixo proposto. O estudo será feito com base nos textos estudados, de leitura obrigatória. Os alunos são encorajados a participar ativamente, propondo questões e realizando comentários pertinentes com a temática exposta.

Estudo de caso e em Direito Comparado

A sistemática de Estudo de Casos será utilizada para permitir que os aspectos teóricos estudados sejam contextualizados e aplicados em situações reais. Para tanto, os alunos deverão apresentar seminários breves ao final de cada aula, que abordarão modelos de negócios específicos da economia digital.

Além disso, com a finalidade de estabelecer comparações entre os diferentes sistemas jurídicos no tocante ao regramento jurídico analisado em cada uma das aulas, haverá estudos de casos direcionados especificamente para a análise de direito comparado proposta na respectiva aula.

Vejam-se, abaixo, algumas diretrizes mais detalhadas sobre as apresentações:

- (i) As apresentações serão realizadas individualmente. O aluno deverá apresentar o caso de forma a abranger as diferentes dimensões e perspectivas do tema em discussão, bem como suas relações com os aspectos teóricos estudados. Nas hipóteses em que a apresentação tiver por finalidade a comparação dos institutos em dois ou mais sistemas jurídicos, espera-se do aluno a identificação das características relevantes dos sistemas, suas aproximações e distanciamentos.
- (ii) A apresentação deve durar em torno de 30 minutos, sendo seguida de um debate.
- (iii) Esperamos que o aluno responsável pelo seminário problematize o tema proposto e construa hipóteses, de maneira que, ao final de sua fala, os seus colegas possam debatê-lo.
- (iv) Visando a atingir esse fim, todas as apresentações devem ser finalizadas com 3 a 5 perguntas. Estas serão enfrentadas pelos demais alunos, sem prejuízo de outros questionamentos que venham a ser formulados por eles e/ou pelos professores.
- (v) Recomendamos o uso de recursos audiovisuais, como powerpoint.
- (vi) O número de slides deve ser compatível com o tempo disponível.

Participação em aula

Em todas as aulas, os alunos são incentivados a dar a sua opinião sobre os temas propostos para engrandecer as discussões. Lembramos que, para tanto, é essencial que haja a preparação prévia às aulas com a leitura, ao menos, da bibliografia obrigatória indicada para debate, que serão disponibilizados via sistema de armazenamento em nuvem. Esperamos, desse modo, criar um ambiente em que todos possam contribuir para as discussões.

AVALIAÇÃO

A nota do aluno na disciplina será composta por três avaliações: (i) participação em aula (30% da nota), (ii) seminário (30% da nota) e (iii) artigo científico (40% da nota).

Artigo científico

- (i) A data de entrega do artigo será **dia 17/07/2023, duas semanas após a última aula do curso.**
- (ii) Não há uma vinculação entre o tema do seminário e o do artigo. Basta que seja um dos temas da disciplina.
- (iii) Os artigos deverão ser enviados por e-mail aos professores.
- (iv) O arquivo do artigo deve ser em formato word.
- (v) O artigo deve possuir entre 20 e 25 páginas.
- (vi) O artigo deve ter no corpo principal letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado.
- (vii) As citações devem ser no formato ABNT.
- (viii) O artigo pode ser escrito em português ou em inglês.
- (ix) Todos os artigos serão avaliados de acordo com os mesmos critérios de avaliação aplicáveis pela Revista de Direito Tributário Atual (RDTA) e a Revista de Direito Tributário Internacional Atual (RDTIA), com igual peso:
 - a. Originalidade;
 - b. Qualidade e adequação da bibliografia;
 - c. Correção e adequação das referências bibliográficas;
 - d. Qualidade do texto escrito (clareza, objetividade, estruturação adequada e bom encadeamento lógico das ideias); e
 - e. Impacto potencial.

- As notas serão entregues aos alunos pelo IBDT.

PROGRAMA

AULA 1	AULA INAUGURAL – CONEXÃO DA RENDA NA ECONOMIA DIGITAL	DATA
Temas abordados	<p>A noção de vínculo econômico nas origens do Direito Internacional Tributário</p> <p>Territorialidade formal e material</p> <p>Elementos de conexão nas Convenções Modelos da OCDE e da ONU</p> <p>Conflitos distributivos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento</p> <p>Elementos de conexão e digitalização da economia</p> <p>Fonte de produção da renda na economia digital</p>	11/03/2023
Metodologia	<p>Boas-vindas e detalhamento do plano do curso, metodologia das aulas e critérios de avaliação dos alunos</p> <p>Aula expositiva</p> <p>Não haverá seminário na primeira aula.</p>	
Leitura obrigatória	<p>PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Cooperação Fiscal Internacional e Troca de Informações. São Paulo: IBDT, 2020, pp. 39-134 (Cap. 1)</p> <p>ROCHA, Sérgio André; SANTOS, Ramon Tomazela. Tax Sovereignty and Digital Economy in Post-BEPS Times. In CHRISTIANS, Allison; ROCHA, Sérgio André. Tax Sovereignty in the BEPS Era (Series on International Taxation). Wolters Kluwer: Amsterdam, 2017 pp. 29-46.</p> <p>PAVLOVICH, Alison, The Economic Participation Principle as a Justification for Taxation. British Tax Review, n. 2, 2022, pp. 156-171.</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo. Princípios no direito tributário internacional: territorialidade, fonte e universalidade. In FERRAZ, Roberto Catalano Botelho (org.). Princípios e limites da tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2005. v. 1.</p>	

	VOGEL, Klaus. Worldwide vs. source taxation of income. Intertax. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 1988, pp. 216-229.
Leitura complementar	XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 3-22.

AULA 2	TEMA DA AULA: OS DESAFIOS DA TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITALIZADA E PROPOSTAS DE TRIBUTAÇÃO	DATA
Temas abordados	<p>Ação 1 do Projeto BEPS</p> <p>Presença econômica significativa</p> <p>Contribuição ativa dos usuários</p> <p>Intangíveis de mercado</p> <p>Estabelecimento permanente virtual</p> <p>Medidas Unilaterais</p> <p>As Propostas de Diretiva da UE</p>	25/03/2023
Metodologia	<p>Aula expositiva</p> <p>Seminário 1: Software e computação na nuvem</p> <p>Seminário 2: A Proposta de Diretiva da União Europeia</p>	
Leitura obrigatória	<p>OECD. Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy: OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project, Action 1: Final Report. Paris: OECD, 2015.</p> <p>HONGLER, Peter; PISTONE, Pasquale. Blueprints for a New PE Nexus to Tax Business Income in the Era of the Digital Economy, IBFD, 2015.</p>	

	<p>BRAUNER, Yariv. "Taxing the Digital Economy Post-BEPS, Seriously". Intertax. Vol. 46, No. 6/7. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2018 (online).</p> <p>DOURADO, Ana Paula. "Taxing Consumer-Facing Business as a Regulatory Currency". World Tax Journal. Vol. 13. No. 4. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>SCHÖN, Wolfgang. "Ten Questions about Why and How to Tax the Digitalized Economy". Bulletin for International Taxation. Vol. 72. No. 4/5. Amsterdam: IBFD, 2018 (online).</p>
Leitura complementar	<p>SPINOSA, Lisa; CHAND, Vikram. "A Long-Term Solution for Taxing Digitalized Business Models: Should the Permanent Establishment Definition be Modified to Resolve the Issue or Should the Focus be on a Share Taxing Rights Mechanism?". Intertax. Vol. 46. No. 6/7. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2018.</p> <p>Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.</p>

AULA 3	TEMA DA AULA: PILLAR ONE E A PROPOSTA DE UM NOVO NEXO PARA A TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS NA ECONOMIA DIGITAL	DATA
Temas abordados	<p>Pillar One – New Nexus and Profit Allocation Rules for Market Jurisdictions in the Context of the Digital Economy</p> <p>Amount A e Amount B e suas particularidades</p> <p>Sobreposições na tributação dos lucros residuais (interações entre DEMPE, Income Inclusion e Modified Nexus Approach)</p> <p>A reação dos Estados Unidos com o "jurisdictional nexus"</p> <p>Artigo 12-B da Convenção-Modelo da ONU como alternativa para o Pillar One?</p> <p>O Digital Service Tax adotado por países europeus como alternativa ao Pillar One</p>	15/04/2023

Metodologia	<p>Aula expositiva</p> <p>Seminário 1: Modelo de negócio da Google e Facebook (publicidade online)</p> <p>Seminário 2: o DST na União Europeia</p>
Leitura obrigatória	<p>OECD. Tax Challenges Arising from Digitalisation – Report on the Pillar One Blueprint. Paris: OECD, 2020.</p> <p>AVI-YONAH, Reuven. “The International Tax Regime at 100: Reflections on the OECD's BEPS Project”. Bulletin for International Taxation. Vol. 75. No. 11/12. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>COOPER, Graeme S. “Building on the Rubble of Pillar One”. Bulletin for International Taxation. Vol. 75. No. 11/12. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>KANZARKAR, Snehal Uday. Simple is better? Whether art. 12B proposal can be a suitable alternative for pillar one proposal? IBFD, 2021.</p> <p>ANDRADE, B. Developing Countries and the Proposed Article 12B of the UN Model: Some Known Unknowns. <i>International Tax Studies</i>, 6-2021.</p>
Leitura complementar	Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.

AULA 4	TEMA DA AULA: PILLAR TWO E A PROPOSTA DA TRIBUTAÇÃO MÍNIMA GLOBAL DOS LUCROS EMPRESARIAIS	DATA
Temas abordados	<p>Pillar Two – Global Minimum Taxation</p> <p>GloBE Rules: IIR and UTPR</p> <p>Inter-relação entre IIR e CFC rules (inclusive as regras brasileiras de tributação em bases universais)</p> <p>Substance-based carve-outs e países em desenvolvimento</p> <p>STTR e SOR</p>	29/04/2023

	Análise da proposta de implementação das GloBE Rules da Coreia do Sul e Suíça	
Metodologia	<p>Aula expositiva</p> <p>Seminário 1: Modelo de negócios da Apple</p> <p>Seminário 2: Pillar Two na Coreia do Sul e Suíça</p>	
Leitura obrigatória	<p>OECD, Tax Challenges Arising from Digitalisation – Report on Pillar One Blueprint: Inclusive Framework on BEPS, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project, Paris: OECD Publishing, 2020.</p> <p>ENGLISH, Joachim; BECKER, Johannes, ‘International Effective Minimum Taxation – The GLOBE Proposal’, World Tax Journal. Amsterdam, IBFD, 2019.</p> <p>CIPOLLINI, Claudio. GloBE Proposal and Possible Carve-Outs: Is There a Future for Preferential Tax Regimes? World Tax Journal. Amsterdam: IBFD, 2020.</p> <p>SCHOUERI, Luís Eduardo. Some Considerations on the Limitation of Substance-Based Carve-Out in the Income Inclusion Rule of Pillar Two. Bulletin for International Taxation, Amsterdam: IBFD, dec-2021.</p> <p>ANDRADE. Leonardo Aguirra de. A recomendação do Pilar 2 para limitar a dedutibilidade de pagamentos intragrupo contraria injustificadamente os princípios da igualdade e da renda líquida. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; NETO, Luís Flávio; SILVEIRA, Rodrigo Maito da. (Org.). Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional IBDT DEF/USP. A Tributação Internacional e a Recuperação: o papel dos países emergentes. Econômica. 1ed.São Paulo: IBDT, 2022, v. 1, p. 547-573.</p>	
Leitura complementar	<p>OECD, Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy – Commentary to the Global Anti-Base Erosion Model Rules (Pillar Two), Paris: OECD Publishing, 2022.</p> <p>OECD, Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy – Global Anti-Base Erosion Model Rules (Pillar Two): Inclusive Framework on BEPS, Paris: OECD Publishing, 2021.</p>	

	Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.
--	---

AULA 5	TEMA DA AULA: TRIBUTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS, ALOCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DOS TRATADOS E QUESTÕES QUALIFICATÓRIAS	DATA
Temas abordados	<p>Qualificação e contratos atípicos da economia digital</p> <p>Software as a Service (SaaS)</p> <p>Artigos 12-A e 12-B da Convenção Modelo da ONU</p> <p>Digitalização da economia e seus reflexos potenciais sobre a política fiscal internacional Brasileira</p> <p>Questões recentes relativas à importação de serviços no Brasil em face dos acordos de bitributação brasileiros (art. 12-A da ONU, Protocolos e Jurisprudência do STJ)</p> <p>Tributação dos serviços digitais nos acordos de bitributação em países em desenvolvimento e emergentes e sua interface com os acordos de bitributação</p>	20/05/2023
Metodologia	<p>Aula expositiva</p> <p>Seminário 1: Tributação de serviços digitais em países em desenvolvimento</p> <p>Seminário 2: Tributação de serviços digitais em países emergentes</p>	
Leitura obrigatória	<p>MORENO, Andrés Báez. "Because Not Always B Comes after A: Critical Reflections on the New Article 12B of the UN Model on Automated Digital Services". World Tax Journal. Vol. 13. No. 4. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>POLIZELLI, Victor Borges. "O problema do tratamento tributário dos contratos atípicos da economia digital: tipicidade econômica e</p>	

	<p>fracionamento de contratos”. Revista Direito Tributário Atual nº 39. São Paulo: IBDT, 2018, pp. 474-506.</p> <p>COLLIER, Richard; DEVEREUX, Michael P.; VELLA, John. “Comparing Proposals to Tax Some Profit in the Market Country”. World Tax Journal. Vol. 13. No. 3. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.759.081-SP. Ministro Relator Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe: 18/12/2020.</p> <p>Convenção Brasil-Reino Unido (arts. 5 e 13)</p> <p>PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. The Brazilian Case Law on the Single Tax Principle: a Case of Tax Treaty Override. INTERTAX (DEVENTER), v. 50, p. 265-276, 2022.</p> <p>ANDRADE. Leonardo Aguirra de. Caso Alcatel e a Insegurança Jurídica na Tributação dos Serviços Técnicos. Revista Direito Tributário Internacional Atual, v. 7, p. 204-225, 2020.</p>
<p>Leitura complementar</p>	<p>MORENO, Andrés Báez. The Taxation of Technical Services under the United Nations Model Double Taxation Convention: A Rushed – Yet Appropriate – Proposal for (Developing) Countries? World Tax Journal, 2015 (Volume 7), No. 3.</p> <p>ROLIM, João Dácio; LARA, Daniela Silveira. A tributação de IRRF na importação de cloud computing no Brasil e as soluções analisadas na Ação 1 do BEPS. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 37-56.</p> <p>Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.</p>

AULA 6	TEMA DA AULA: DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA, DISTANCIAMENTO GEOGRÁFICO E RELAÇÕES DE TRABALHO	DATA
Temas abordados	<p>Trabalho remoto e estabelecimento permanente</p> <p>Alocação da tributação do rendimento do trabalho</p> <p>“Gig economy” e os arranjos alternativos de emprego.</p> <p>Lista negativa do conceito de estabelecimento permanente</p> <p>Reuniões a distância e sede de administração efetiva</p> <p>Tributação de robôs</p>	03/06/2023
Metodologia	<p>Seminário 1: Comércio eletrônico</p> <p>Seminário 2: Modelo de negócio da Amazon</p>	
Leitura obrigatória	<p>ARGINELLI, Paolo. “Chapter 5: PE Negative List and Fragmentation of Activities Within Groups of Companies”. New Trends in the Definition of Permanent Establishment. Coord. Guglielmo Maisto. Amsterdam: IBFD, 2019.</p> <p>GUPTA, Ajay. “Taxing the New Gig Economy”. Bulletin for International Taxation. Vol. 72. No. 4a. Amsterdam: IBFD, 2018.</p> <p>LIPNIEWICZ, Rafal. “Place of Effective Management in the Digital Economy”. Intertax. Vol. 48. No. 6/7. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2020.</p> <p>NIESTEN, Hannelore. “Revising the Fiscal and Social Security Landscape of International Teleworkers in the Digital Age”. Intertax. Vol. 49. No. 2. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2021.</p> <p>OBERSON, Xavier. “Robot Taxes: The Rise of a New Taxpayer”. Bulletin for International Taxation. Vol. 75. No. 8. Amsterdam: IBFD, 2021.</p>	

Leitura complementar	<p>PEREIRA, Roberto Codorniz Leite; SERRA LIMA, Daniel. Capítulo 15: A tributação da inteligência artificial e a proteção dos empregos. In: Tax 4.0. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.</p> <p>Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.</p>
-----------------------------	---

AULA 7	TEMA DA AULA: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E ECONOMIA DIGITAL	DATA
Temas abordados	<p>O papel mercado no controle de preços de transferência</p> <p>Funções DEMPE e ativos intangíveis</p> <p>O usuário e a criação de valor</p> <p>The modified residual profit split method</p> <p>Impactos da digitalização e comparabilidade</p> <p>Ajuste adicional por digitalização intensiva</p> <p>Os desafios para os países em desenvolvimento</p> <p>Possíveis inter-relações entre as regras de preços de transferência e os Pilares 1 e 2 da OCDE</p>	17/06/2023
Metodologia	<p>Aula expositiva</p> <p>Seminário 1: Modelo de negócio da Uber e do Airbnb</p> <p>Seminário 2: Experiência de países em desenvolvimento com o controle de preços de transferência na economia digital (intangíveis e serviços)</p>	
Leitura obrigatória	<p>BALLIVET, Louis. Use of Non-Arm's Length Approaches within the Arm's Length Principle: Heading towards a New Standard? International Transfer Pricing Journal. Vol. 27. No. 2. Amsterdam: IBFD, 2020.</p> <p>GREIL, Stefan; MÜLLER, Raphael; OLBERT, Marcel. "Transfer Pricing for Digital Business Models: Early Evidence of Challenges and Options for Reform". World Tax Journal. Vol. 11. No. 4. Amsterdam: IBFD, 2019.</p>	

	<p>JALAN, Nupur; MISQUITH, Elvira. “Comparability Adjustments in Transfer Pricing and the Need for a Digital Data Intensity Adjustment”. Intertax. Vol. 49. No. 6/7. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2021.</p> <p>WINGERTER, Bo. “Is the Arm’s Length Principle Still Fit for Purpose?” International Transfer Pricing Journal. Vol. 28. No. 5. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>SCREPANTE, Mirna S., Pillar One and Pillar Two: A Confirmation of the Formulaic Apportionment and Anti-Avoidance Approaches of the Value Creation Functional DEMPE Formula Standard? International Transfer Pricing Journal, V. 29, N. 1, 2022.</p>
Leitura complementar	<p>ZETZSCHE, Dirk A.; ANKER-SØRENSEN, Linn. “Taxing Data-Driven Business: Towards Data Point Pricing”. World Tax Journal. Vol. 13. No. 2. Amsterdam: IBFD, 2021.</p> <p>Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.</p>

AULA 8	TEMA DA AULA: DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	DATA
Temas abordados	<p>1. Digitalização da administração tributária Tecnologia blockchain e fiscalização</p> <p>Inteligência artificial e fiscalização</p> <p>Troca de informações a favor dos contribuintes</p> <p>Programas de cumprimento voluntário (cooperative compliance)</p> <p>2. Tributação de negócios digitais</p> <p>Tributação das plataformas digitais (Uber, Airbn, Netflix etc.)</p> <p>Tributação dos criptoativos</p>	01/07/2023

	<p>Novos caminhos da responsabilidade tributária e as questões controversas na tributação de plataformas e 14marketplace</p> <p>O pagamento de tributos por não-residentes</p> <p>3. Direito Comparado: experiências estrangeiras com a tributação da economia digital</p>	
Metodologia	<p>Aula expositiva dos professores</p> <p>Seminário 1: Criptoativos no Brasil e Direito Comparado</p> <p>Seminário 2: Modelo de negócio da PayPal</p>	
Leitura obrigatória	<p>BAL, Aleksandra. “Extraterritorial Enforcement of Tax Claims”. Bulletin for International Taxation. Vol. 65, No. 10. Amsterdam: IBFD, 2011.</p> <p>BAUMANN-LARSEN, Sveinung; GIANNELLI, Antonio. “The Latest Generation of Tax Functions and the Role of Technology”. Bulletin for International Taxation. Vol. 74. No. 10. Amsterdam: IBFD, 2020.</p> <p>CASTRO, Adriana Sánchez. “Administrative Capability Analysis of OECD Proposals from the Perspective of Developing Countries”. Intertax. Vol. 48. No. 2. Alphen aan de Rijn: Kluwer Law International, 2020.</p> <p>OLOWSKA, Marta; PESHORI, Prerna; LAN, Shimeng. “The Digitalization of Tax Administration in China (People’s Rep.), India and Korea (Rep.) in the Fourth Industrial Revolution”. Bulletin for International Taxation. Vol. 74. No. 8. Amsterdam: IBFD, 2020.</p> <p>DE LA FERIA, Rita and GRAU RUIZ, Maria Amparo, “The Robotisation of Tax Administration”: In: GRAU, Amparo (editor). Interactive Robotics: Legal, Ethical, Social and Economic Aspects (Springer Nature, 2022), Ch 20, p. 115-123, Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=4045621.</p>	
Leitura complementar	<p>ANDRADE. Leonardo Aguirra de. “Tributação dos negócios desenvolvidos por meio de aplicativos associados aos serviços de hospedagem no Brasil”. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 742-759.</p>	

MACHADO, Rodrigo Brunelli; BRANDÃO, Nathalia Xavier da Silveira de Mello. Tributação de negócios desenvolvidos por meio de aplicativos associados aos serviços de transporte. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). **Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 545-555.

HELLERSTEIN, Walter. Taxation of the Digital Economy: a US subnational perspective. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). **Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 1086-1103.

KOBESTSKY, Michael. Australia's Multinational Anti-Avoidance Law (2016). In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). **Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 1104-1126.

PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Cooperação Fiscal Internacional e Troca de Informações. São Paulo: IBDT, 2020, pp. 282-398.

PINTO NOGUEIRA, João Félix. "Tax Administration and Technology: From Enhanced to No-Cooperation?". Digital Transformation of Tax Administrations, (June 2, 2022). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4125999>

OSTWAL, T.P.; SHINGALA, Mohak. Taxation of Digital Economy: India Perspectiva. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). **Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 1165-1178.

ROCHA, Sergio André. **Troca Internacional de Informações para Fins Fiscais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ROCHA, Sergio André. Reconstruindo a Confiança na Relação Fisco-Contribuinte. **Revista Direito Tributário Atual** nº 39. São Paulo: IBDT, 2018, pp. 487-506.

TEIJEIRO, Guilherme O.; VÁZQUEZ, Juan Manuel. Taxation of the Digital Economy. Taxation of the Digital Economy: Argentina Perspectiva. In: MONTEIRO, Alexandre; FARIA, Renato; MAITTO, Ricardo. (Org.). **Tributação da Economia Digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2018, v. 1, p. 1127-1150.

WORCMAN, Lisa; BENTOS, Raphael Romero. Tributação de criptoativos – experiência internacional e iniciativas no Brasil. In: PINTO, Alexandre Evaristo; EROLES, Pedro; MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Criptoativos – Estudos Regulatórios e Tributários**. São Paulo: Quartier Latin, 2021, p. 281-296.

ZILVETI, Fernando Aurelio. As Repercussões da Inteligência Artificial na Teoria da Tributação. *Revista Direito Tributário Atual*, n.43. ano 37. p. 484-500. São Paulo: IBDT, 2º semestre 2019.

ZILVETI, Fernando Aurelio. As criptomoedas e o imposto de renda: estudo comparado. In: PINTO, Alexandre Evaristo; EROLES, Pedro; MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Criptoativos – Estudos Regulatórios e Tributários**. São Paulo: Quartier Latin, 2021, p. 485-501.

Textos a serem pesquisados pelos alunos para a elaboração dos seminários.

PROFESSORES

Prof. Roberto Codorniz Leite Pereira (roberto@maneira.adv.br)

Coordenador Assistente e Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Master of Laws (LL.M.) em Direito Tributário Internacional (International Tax Law) pela Wirtschaftsuniversität Wien (WU). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV Direito SP. Sócio do escritório Maneira Advogados.

Prof. Leonardo Aguirra de Andrade (leonardo.andrade@andrademaia.com)

Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT. Coordenador do Programa de Especialização em Direito Tributário Brasileiro do IBDT. Pós-doutorando, Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela

Faculdade de Direito da USP. LLM Georgetown University Law Center. Sócio do escritório Andrade Maia Advogados.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar
Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900
Horário de Atendimento: 9h às 18hs
Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111
E-mail: secretaria@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar
Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900
Horário de Atendimento: 9h às 18hs
Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105
E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br